



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MSP - POLÍCIA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/CGAP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.003780/2023-08

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS - LEI 14.133/21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para contratação de serviços de ensino para formação de pilotos em vários níveis, tais como piloto privado e comercial de avião e helicóptero, simuladores das aeronaves Embraer 175 e King Air 350b, entre outros cursos, a fim de manter a operacionalidade de toda a frota da Coordenação do Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Ação de Capacitação	CATSER	Unidade	Quantidade Total	Quantidade Órgão Gerenciador PF	Quantidade Órgão Participante PCDF	Quantidade FESP/RR R\$	Valor de Referência Máximo (unitário) R\$	Valor de Referência Máximo (Total) R\$
1*	1	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 01(um) piloto <b>Anexo I</b>	17710	Curso	06	06	-	-	470.500,98	2.823.005,88
	2	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	06	06	-	-	19.360,90	116.165,40
2*	3	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos <b>Anexo I</b>		Curso	03	03	-	-	495.000,00	1.485.000,00
	4	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	06	06	-	-	19.360,90	116.165,40
3*	5	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 03(três) pilotos <b>Anexo I</b>		Curso	02	02	-	-	814.000,00	1.628.000,00
	6	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	06	06	-	-	19.360,90	116.165,40
4*	7	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 01(um) piloto <b>Anexo I</b>		Curso	20	20	-	-	148.500,00	2.970.000,00
	8	Contratação de sessões/horas (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	20	20	-	-	19.360,90	387.218,00
5*	9	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos <b>Anexo I</b>		Curso	10	10	-	-	183.700,00	1.837.000,00
	10	Contratação de sessões/horas (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	20	20	-	-	19.360,90	387.218,00
6*	11	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 03(três) pilotos <b>Anexo I</b>		Curso	07	07	-	-	269.500,00	1.886.500,00
	12	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175		Sessões	20	20	-	-	19.360,90	387.218,00
7	13	Contratação de Instrutor de voo para aeronave Embraer 175 <b>Anexo II</b>	-	dias	225	225	-	-	12.000,00	2.700.000,00
	14	Ressarcimento de despesas de Instrutor de Voo Embraer 175 <b>*não será objeto de lance</b>		por evento	100.000	100.000	-	-	1,0	100.000,00
8*	15	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 01(um) piloto <b>Anexo III</b>	17710	Curso	06	06	-	-	226.998,51	1.361.991,06
	16	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo		Sessões	06	06	-	-	19.994,99	119.969,94

		Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
<b>9*</b>	17	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos <b>Anexo III</b>
	18	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
<b>10*</b>	19	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 03(três) pilotos <b>Anexo III</b>
	20	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
<b>11*</b>	21	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 01(um) piloto <b>Anexo III</b>
	22	Contratação de sessões/horas (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
<b>12*</b>	23	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos <b>Anexo III</b>
	24	Contratação de sessões/horas (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
<b>13*</b>	25	Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 03(três) pilotos <b>Anexo III</b>
	26	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)
	27	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO AW-139 – <b>Anexo IV</b>
	28	Treinamento Inicial Teórico e Prático de Instrutor Operador de Estação (IOS) da Aeronave AW139 - <b>Anexo V</b>
	29	Treinamento <b>Inicial</b> em simulador Aeronave classe Grand Caravan C- 208B (G600/G1000) - <b>Anexo VI</b>
	30	Curso teórico de instrutor de voo de avião - INV-A (EAD) – <b>Anexo VII</b>
	31	Curso teórico de instrutor de voo de helicóptero - INV-H (EAD) <b>Anexo VII</b>
	32	Curso prático para piloto privado - helicóptero (PPH) <b>Anexo VIII</b>
	33	Curso teórico para piloto comercial - helicóptero (PCH) - (EAD ) <b>Anexo VIII</b>
	34	Curso prático para piloto comercial - helicóptero (PCH) <b>Anexo VIII</b>
	35	Curso teórico de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH) <b>Anexo VIII</b>
	36	Curso prático de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH) <b>Anexo VIII</b>
	37	Treinamento de procedimentos de emergência - helicópteros <b>Anexo IX</b>

Curso	03	03	-	-	453.997,02	1.361.991,06
Sessões	06	06	-	-	19.994,99	119.969,94
Curso	04	02	-	02	680.995,53	2.723.982,12
Sessões	12	06	-	06	19.994,99	239.939,88
Curso	14	14	-	-	115.164,44	1.612.302,16
Sessões	14	14	-	-	19.994,99	279.929,86
Curso	07	07	-	-	230.328,88	1.612.302,16
Sessões	14	14	-	-	19.994,99	279.929,86
Curso	05	05	-	-	345.493,32	1.727.466,60
Sessões	14	14	-	-	19.994,99	279.929,86
Curso	08	02	-	6	719.943,72	5.759.549,76
Curso	08	02	-	6	100.728,10	805.824,80
Curso	27	21	-	6	166.554,45	4.496.970,15
Curso	08	04	04	-	2.375,00	19.000,00
Curso	12	04	08	-	2.375,00	28.500,00
Curso	03	03	-	-	99.987,66	299.962,98
Curso	07	03	04	-	4.584,20	32.089,40
Curso	04	04	-	-	159.266,00	637.064,00
Curso	07	03	-	-	3.968,26	27.777,82
Curso	17	07	10	-	80.370,00	1.366.290,00
Curso	47	34	13	-	46.050,00	2.164.350,00

	38	Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM - <b>Inicial (EAD/PRESENCIAL)</b> <b>Anexo X</b>	Curso (turma com 10 alunos)	04	04	-	-	15.000,00	60.000,00
	39	Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM - <b>Periódico (EAD/PRESENCIAL)</b> <b>Anexo X</b>	Curso (turma com 10 alunos)	08	08	-	-	15.000,00	120.000,00
	40	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa Inicial (EAD) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	50	25	25	-	840,00	42.000,00
	41	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa FINAL (presencial) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	50	25	25	-	550,00	27.500,00
	42	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Inicial 24 meses (EAD) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	95	70	25	-	480,00	45.600,00
	43	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Final 24 meses (presencial) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	95	70	25	-	550,00	52.250,00
	44	Treinamento Teórico e Prático <b>Inicial</b> de Emergência em aeronave/simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175. <b>Anexo XI</b>	Curso (turma com 15 alunos)	01	01	-	-	330.000,00	330.000,0
	45	Treinamento Teórico e Prático <b>Periódico</b> de Emergência em aeronave/Simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175. <b>Anexo XI</b>	Curso (turma com 15 alunos)	02	02	-	-	203.500,00	407.000,00
14	46	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175 <b>Anexo XII (1 piloto)</b>	Curso	02	02	-	-	225.500,00	451.000,00
	47	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	04	04	-	-	19.360,90	77.443,60
15	48	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175 <b>Anexo XII (2 pilotos)</b>	Curso	1	1	-	-	258.500,00	258.500,00
	49	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	4	4	-	-	19.360,90	77.443,60
16	50	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175 <b>Anexo XII (3 pilotos)</b>	Curso	1	1	-	-	390.500,00	390.500,00
	51	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	4	4	-	-	19.360,90	77.443,60
	52	Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR/MLTE) (EaD é opção) <b>Anexo XIII</b>	Curso	03	03	-	-	2.549,50	7.648,50
17	53	Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE ( <i>Groundschool</i> ) (EaD é opção) <b>Anexo XIII</b>	Curso	03	03	-	-	400,00	1.200,00
	54	Horas de voo em aeronave monomotor tricycle, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) <b>Anexo XIII</b>	Horas	450	450	-	-	820,00	369.000,00
	55	Horas de voo em aeronave monomotor tricycle, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) NOTURNO <b>Anexo XIII</b>	Horas	20	20	-	-	820,00	16.400,00
	56	Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR com capacitação em PBN <b>Anexo XIII</b>	Horas	93	93	-	-	350,00	32.550,00
	57	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR pela ANAC <b>Anexo XIII</b>	Horas	36	36	-	-	1.375,00	49.500,00
	58	Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR com capacidade PBN	Horas	42	42	-	-	3.075,00	129.150,00

		Anexo XIII								
	59	Custos Administrativos (Taxas ANAC) Anexo XIII	-	Taxas	03	03	-	-	1.320,00	3.960,00
	60	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento PBN Anexo XIV	17710	Curso	56	48	8	-	450,00	25.200,00
	61	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento RVSM Anexo XIV		Curso	38	30	8	-	472,50	17.955,00
Valor Total										R\$ 47.365.983,79
<i>*Cada lote de grupos: itens (1, 3 e 5); (7, 9 e 11) e (15, 17 e 19); (21, 23 e 25) refere-se a mesma capacitação, ou seja, Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC), Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC), Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC), Treinamento <b>Recorrente</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) respectivamente.</i> <i>Porém, a pesquisa de mercado demonstrou a diferenciação de preços pela quantidade de vagas/cursos contratados por vez.</i> <i>A CAOP possui quantidade de pilotos por equipamento variável devido a aposentadorias, desligamento do quadro por motivos diversos, vencimento das habilitações que ocorrem em datas diferentes, o que propicia a necessidade de formação de pilotos em números variáveis atrelada à necessidade de manutenção de pilotos suficientes para manter as missões de voo da unidade.</i> <i>Tais condições levaram a equipe técnica a compor os grupos de treinamento de simuladores de aeronave TIPO de maneira variável, podendo ser 1, 2 ou 3 pilotos, como registrado acima.</i> <i>Sendo assim, diante da diferenciação de preços com base na quantidade de pilotos por treinamento, verificada na pesquisa de mercado dos grupos 1 a 13, utilizou-se essa metodologia da possibilidade de Registro de Preços com itens diferentes apenas no quantitativo para o mesmo curso, possibilitando a empresa registrar preços para 1, 2, 3 ou mais alunos conforme definido no quadro acima, <b>visando a economia de escala</b> a depender da necessidade no momento da contratação, e buscar o melhor para a administração pública dentro do que é praticado no mercado.</i> <i><b>Obs.:</b> Em relação ao item 13, esclarece-se que o valor orçado somente pela empresa EMBRAER, conforme mapa de preços, refere-se ao dia aula do instrutor, contudo não está incluso o deslocamento e diárias possível para a efetivação dos estudos, sendo criado o item 14 como reserva da administração para efetivação desses custos e não será objeto de lances (devendo permanecer o mesmo valor na proposta para o item 14), conforme justificado no corpo desse Termo de Referência.</i>										

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

<b>Órgão Gerenciador: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO</b> <b>DA POLÍCIA FEDERAL UASG 200334</b>				
GRUPO	Item	Ação de Capacitação	Unidade	Quantidade
1	1	Treinamento Inicial Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 01(um) piloto	Cursos	6
	2	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	6
2	3	Treinamento Inicial Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos	Cursos	3
	4	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	6
3	5	Treinamento Inicial Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 03(três) pilotos	Cursos	2
	6	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	6
4	7	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 01(um) piloto	Cursos	20
	8	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	20
5	9	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 02(dois) pilotos	Cursos	10
	10	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	20
6	11	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Embraer ERJ 175 (PIC/SIC) para 03(três) pilotos	Cursos	7
	12	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175	Sessões	20
7	13	Contratação de Instrutor de voo Embraer 175	Dias	225
	14	Ressarcimento de despesas de Instrutor de Voo Embraer 175 <b>*não será objeto de lance</b>	por evento	100.000
8	15	Treinamento Inicial Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 01(um) piloto	Cursos	6

	16	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	6
9	17	Treinamento Inicial Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 02 (dois) piloto	Cursos	3
	18	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	6
10	19	Treinamento Inicial Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 03 (três) piloto	Cursos	2
	20	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	6
11	21	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 01 (um) piloto A	Cursos	14
	22	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	14
12	23	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 02 (dois) pilotos	Cursos	7
	24	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	14
13	25	Treinamento Recorrente Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC) para 03 (três) pilotos	Cursos	5
	26	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I PROLINE 21 (PIC/SIC)	Sessões	14
	27	Treinamento Inicial Aeronave TIPO AW-139 –	Cursos	2
	28	Treinamento Inicial Teórico e Prático de Instrutor Operador de Estação (IOS) da Aeronave AW139	Sessões	2
	29	Treinamento Inicial em simulador Aeronave classe Grand Caravan C-208B (G600/G1000)	Cursos	21
	30	Curso teórico de instrutor de voo de avião - INV-A (EAD)	Curso	4
	31	Curso teórico de instrutor de voo de helicóptero - INV-H (EAD)	Curso	4
	32	Curso prático para piloto privado - helicóptero (PPH)	Curso	3
	33	Curso teórico para piloto comercial - helicóptero (PCH) - (EAD )	Curso	3
	34	Curso prático para piloto comercial - helicóptero (PCH)	Curso	4
	35	Curso teórico de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	3
	36	Curso prático de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	7
	37	Treinamento de procedimentos de emergência - helicópteros	Curso	34
	38	Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM - Inicial (EAD/PRESENCIAL)	Curso (turma com 10 alunos)	4
	39	Curso de gerenciamento dos recursos de cabine - CRM -	Curso	8

		Periódico (EAD/PRESENCIAL)	(turma com 10 alunos)	
	40	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa Inicial (EAD)	Curso	25
	41	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa FINAL (presencial)	Curso	25
	42	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Inicial 24 meses (EAD)	Curso	70
	43	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Final 24 meses (presencial)	Curso	70
	44	Treinamento Teórico e Prático Inicial de Emergência em aeronave/simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175.	Curso (turna com 15 alunos)	1
	45	Treinamento Teórico e Prático Periódico de Emergência em aeronave/Simulador/Mock-up de aeronave modelo Embraer E-175.	Curso (turma com 15 alunos)	2
14	46	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175	Curso	2
	47	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	4
15	48	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175 <b>(2 pilotos)</b>	Curso	1
	49	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	4
16	50	Treinamento de elevação de nível na aeronave Embraer 175 <b>(3 pilotos)</b>	Curso	1
	51	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo embraer 175 para elevação de nível	Sessões	4
	52	Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR/MLTE) (EaD é opção)	Curso	3
17	53	Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE (Groundschool) (EaD é opção)	Curso	3
	54	Horas de voo em aeronave monomotora triciclo, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR)	Horas	450
	55	Horas de voo em aeronave monomotora triciclo, homologada para instrução básica, sob regras de voo visual (VFR) NOTURNO	Horas	20
	56	Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR com capacitação em PBN	Horas	93
	57	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR pela ANAC	Horas	36
	58	Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR com capacidade PBN	Horas	42

	59	Custos Administrativos (Taxas ANAC)	Taxas	3
	60	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento PBN	Curso	48
	61	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento RVSM	Curso	30

<p>Órgão Participante: <b>POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL UASG 926015</b></p>				
Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	30	Curso teórico de instrutor de voo de avião - INV-A (EAD)	Curso	04
	31	Curso teórico de instrutor de voo de helicóptero - INV-H (EAD)	Curso	08
	33	Curso teórico para piloto comercial - helicóptero (PCH) - (EAD )	Curso	04
	36	Curso prático de voo por instrumentos - helicóptero (IFRH)	Curso	10
	37	Treinamento de procedimentos de emergência - helicópteros	Curso	13
	40	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa Inicial (EAD) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	25
	41	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285) - INICIAL - Etapa FINAL (presencial) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	25
	42	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Inicial 24 meses (EAD) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	25
	43	Treinamento de transporte aéreo de artigos perigosos (RBAC 90 item 90.285 alínea i) - PERIÓDICO - Etapa Final 24 meses (presencial) <b>Revisão J da IS 175-002</b>	Curso	25
	60	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento PBN	Curso	8
	61	Conhecimentos Gerais- RBAC 90, item 90.179 (24 meses) Treinamento RVSM	Curso	8

<p>Órgão Participante: <b>FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA UASG 927916</b></p>				
Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
10	19	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC) para 03(três) pilotos	Curso	02
	20	Contratação de sessões (avulsas) adicionais simulador de voo Aeronave TIPO KING AIR 350I <b>PROLINE 21</b> (PIC/SIC)	Curso	06
	27	Treinamento <b>Inicial</b> Aeronave TIPO AW-139	Curso	06
	28	Treinamento Inicial Teórico e Prático de Instrutor Operador de Estação (IOS) da Aeronave AW139	Curso	06
	29	Treinamento <b>Inicial</b> em simulador Aeronave classe Grand Caravan C-208B (G600/G1000) -	Curso	06

- 1.3.
Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4.
O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei 14.133/2021.
- 1.5.
O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.
**FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.
A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir, consultado no dia 10/10/2023 no site <https://pncp.gov.br/app/pca/00394494000136/2024>:

Correlação com os itens da Tabela 1 (objeto)	Nº PGC SIASG	OBJETO	Número item	ID PCA no PNCP	Data de Publicação no PNCP	ID do item no PCA	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
1 a 6; 46 a 51	61/2023	Curso Simulador Inicial ERJ-175	929	379	20/05/2023	85	Serviço	200334-17/2023
7 a 14	62/2023	Curso Simulador recorrente ERJ-175	929	369	20/05/2023	75	Serviço	200334-17/2023
15 a 20	71/2023	Simulador Inicial King-Air 350i	929	376	20/05/2023	82	Serviço	200334-17/2023
21 a 26	72/2023	Simulador recorrente King-Air 350i	929	363	20/05/2023	69	Serviço	200334-17/2023
27 e 28	66/2023	Curso Simulador inicial AW-139	929	365	20/05/2023	71	Serviço	200334-17/2023
29	88/2023	Curso Simulador Inicial Caravan	929	359	20/05/2023	65	Serviço	200334-17/2023
30 e 31	90/2023	Curso de INVA e INVH	929	360	20/05/2023	66	Serviço	200334-17/2023
32	75/2023	Curso Piloto Privado de Helicóptero	929	373	20/05/2023	79	Serviço	200334-17/2023
33 e 34	76/2023	Curso Piloto Comercial de Helicóptero	929	361	20/05/2023	67	Serviço	200334-17/2023
35 e 36	77/2023	Curso IFRH	929	362	20/05/2023	68	Serviço	200334-17/2023
37	92/2023	Treinamento de procedimento de emergência em helicóptero.	929	356	20/05/2023	62	Serviço	200334-17/2023
38 e 39	105/2023	Curso CRM	929	391	20/05/2023	97	Serviço	200334-17/2023
40 a 43	73/2023	Curso Piloto Privado de Avião	929	375	20/05/2023	81	Serviço	200334-17/2023
44	56/2023	Curso inicial Mock-up ERJ-175	929	392	20/05/2023	98	Serviço	200334-17/2023
45	57/2023	Curso recorrente Mock-up ERJ-175	929	381	20/05/2023	87	Serviço	200334-17/2023
52 a 61	74/2023	Curso Piloto Comercial de Avião	929	374	20/05/2023	80	Serviço	200334-17/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.
- 4.3. As pessoas físicas ou jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I e II da IN IBAMA 12/2021 ou listadas no Anexo I da IN IBAMA 13/2021, são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadores de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 4.4. As empresas ainda deverão observar o disposto na IN SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, especialmente:
- I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  - III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
  - IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
  - VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
  - VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Subcontratação

- 4.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.5.1. Até o limite de 40 % (quarenta) do valor total de eventual contrato a ser celebrado, nos seguintes termos:
- 4.5.2. Será permitida a subcontratação de cursos teóricos (Teórico PCA e PCH) caso a licitante vencedora do item também seja adjudicatária do curso prático correspondente.
- 4.5.3. São permitidas as subcontratações previstas no conjunto anexo ao presente instrumento, bem como de serviços básicos, inerentes à execução do objeto, como serviços de tradução, palestras etc.
- 4.5.4. Também serão permitidas as subcontratações referentes a partes do curso de *Mock-up* inicial e recorrente, tais como as etapas de marinharia e combate à incêndio.
- 4.6. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.



4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

**Garantia da Contratação**

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), por tratar-se de ações de capacitação em aviação civil, cujo pagamento se dará após a execução unitária dos itens licitados.

**Vistoria**

4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições da execução**

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.2. Início da execução do objeto: imediatamente após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a(s) licitante(s) vencedora(s) aguardar a indicação dos policiais designados para as ações de capacitação, bem como sua data de apresentação, que serão informados através de comunicação oficial emitida pelo Comando de Aviação Operacional – CAOP/CGAP/DIREX/PF.
- 5.3. O serviço de capacitação objeto do presente instrumento compreende a execução de treinamento para a Habilitação Técnica de servidores policiais em aviação civil.
- 5.4. Os treinamentos devem ter homologação da ANAC e estarem de acordo com as exigências contidas em seus anexos descritivos.
- 5.5. O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, as avaliações de voo e os demais treinamentos necessários deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
- 5.6. Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da **CAOP/CGAP/DIREX/PF**, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela(s) empresa(s);

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.7. O fiscal do contrato fará contato com a contratada para estabelecerem data e horário dos cursos ministrados, quantidade e qualificação prévia dos servidores que se apresentarão para o curso.
- 5.8. Em caso de curso na modalidade EaD (Ensino à Distância), após conhecimento do quantitativo e qualificações necessárias dos servidores que participarão dos cursos, a contratada fornecerá acessos para *login* virtual e instruções de como será executado o conteúdo do curso.
- 5.9. A depender do curso contrato e da empresa vencedora do certame, o local de execução de cursos presenciais poderão ser realizados na base de operações da CONTRATADA, podendo ter sua execução no Brasil (fora de Brasília) ou exterior, quando, neste último caso, as despesas de deslocamento e diárias ficarão a encargo da CONTRATANTE.

**Rotinas a serem cumpridas**

- 5.10. A execução contratual observará as rotinas em anexo, sendo que cada ação de capacitação possui seu ANEXO de referência, conforme indicado na tabela do Tópico 1.

**Materiais a serem disponibilizados**

- 5.11. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais didáticos individuais necessários na execução dos serviços de instrução, arcando com todos os ônus decorrentes de tal ato, tais como os livros por ela indicados relativo às disciplinas ministradas, computadores de voo, régua, etc, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC), RBAC 141.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.12. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.12.1. Alguns cursos são realizados no exterior e podem ser impactados com crises globais e variações cambiais;
- 5.12.2. As recorrentes altas nos preços dos combustíveis têm impactado diretamente no valores da hora voo.
- 5.12.3. Taxas como inscrição em bancas de avaliação teórica, exames de proficiência (cheque), emissão de licenças dentre outros que estejam discriminados nos anexos de cada curso estarão a cargo das empresas ou escolas contratadas.
- 5.12.4. Caso o curso seja ministrado em outro idioma que não o português, a tradução do curso para a língua portuguesa será de responsabilidade da Contratada, bem como a transmissão correta do conhecimento;
- 5.12.5. O custo do tradutor deverá vir discriminado na proposta de preço da licitante;
- 5.12.6. Caso o piloto ou grupo de pilotos opte por não ser assistido por tradutor, a contratante será avisada com antecedência e o custo relacionado ao serviço de tradução será glosado no pagamento da nota;

**Especificação da garantia do serviço**

- 5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 5.14. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**Contratação de Instrutor de voo Embraer 175**

- 5.15. A contratação de instrutor de voo de aeronaves Embraer 175 visa apoiar a Polícia Federal, com base no item 90.151 (b) (1) da RBAC 90, durante os voos regulares, nos seguintes casos:
- a) missões de instrução em rota;
  - b) missões de instrução em simulador;
  - c) *ground school*;
  - d) readaptações;
  - e) manutenção de experiência recente;
  - f) elevação de nível e;
  - g) outros treinamentos no escopo do PTO (anexo), com base no item 90.151 (b) (1) da RBAC 90.
  - h) Acompanhamento em missões distintas que fujam do escopo da rotina da Unidade e que venham a agregar conhecimentos e experiências novas aos pilotos da unidade como, por exemplo, voos internacionais.

- 5.16. O instrutor deverá possuir os seguintes requisitos:
- a) Habilitação TIPO válida E179;
  - b) Ser instrutor da aeronave TIPO em questão;
- 5.16.1. A contratada deverá fornecer os Instrutores qualificados e com o propósito de fornecer assistência aos pilotos do Operador durante voos das Aeronaves de e para a base de operação do Operador em Brasília, DF, de acordo com o plano de voo acordado pelas Partes e pelas Autoridades de Controle de Tráfego Aéreo com jurisdição adequada (“ATC”), sob responsabilidade, custo e risco exclusivo do Operador. Os pilotos do Operador serão os responsáveis pelo comando das Aeronaves e o Operador irá manter, a todo o momento, a responsabilidade pelo controle operacional dos voos realizados pelas Aeronaves.
- 5.16.2. A Contratante deverá ser responsável por todas as permissões e autorizações necessárias para acesso e trânsito dos Representantes nas instalações da Polícia Federal, que, todavia, somente terão acesso às áreas necessárias à participação nos Serviços.
- 5.16.3. A Contratada poderá livremente substituir e realocar os Representantes a qualquer tempo, respeitada a continuidade dos Serviços e mantido o mesmo padrão técnico, através de comunicação prévia à Contratante.
- 5.16.4. Para os serviços de Instrução, a Contratante deverá obter todas as permissões e autorizações necessárias para habilitação dos Representantes da Contratada para voar e realizar os atos compreendidos na atividade de traslado e treinamento segundo as leis e regulamentos aplicáveis, e requisitos das autoridades governamentais com jurisdição própria.
- 5.16.5. Os Serviços oferecidos pela Contratada e prestados pelos Representantes devem estar em conformidade com a legislação trabalhista, respeitando principalmente a jornada de trabalho (intervalo intrajornada e entre jornada) e outros dispositivos legais necessários ao efetivo cumprimento da mesma.
- 5.16.6. Os serviços de Instrutor de voo deverão ser realizados no horário de trabalho definido pela Contratada de acordo com a legislação brasileira aplicável.
- 5.16.7. A Contratada não será de qualquer forma responsabilizada, tampouco será considerada inadimplente em relação ao Serviço caso ocorram quaisquer atrasos no início ou durante a execução do Serviço decorrente de casos fortuitos ou de força maior, tais como, mas não se limitando a, guerra ou estado de guerra, guerra civil, insurreição, fogo, acidente, explosão, inundação, ato de governo, prioridades governamentais, atos judiciais, greves, problemas trabalhistas, ou quaisquer atrasos resultantes de ação ou omissão por parte da Polícia Federal em fornecer qualquer informação contemplada ou necessária para o Serviço ou, ainda, atrasos resultantes de quaisquer outras causas que estejam fora do controle da Contratada.
- 5.16.8. O Serviço do Instrutor deverá ser considerado iniciado no primeiro dia de viagem do mesmo, saindo do respectivo local de residência ou das instalações da Contratada e ser considerado concluído com a chegada do Instrutor no local de sua residência ou em outro destino que não esteja ligado à prestação do serviço objeto do presente Termos de Referência.

**Ressarcimento de despesas de Instrutor de Voo Embraer 175**

- 5.17. O item 14 refere-se à reserva feita pela administração para pagamento de despesas de deslocamentos de instrutor referidas no item 13 ("Contratação de Instrutor de voo Embraer 175").
- 5.18. Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem e alimentação do instrutor da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 11.117, de 1º de julho de 2022, que altera o Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.
- 5.19. Ou seja, será ressarcido à Contratada, nos casos de hospedagem e alimentação o limite estabelecido na alínea acima, sem prejuízo ao transporte do profissional quando fizer jus;
- 5.20. No caso de despesas internacionais, o limite máximo para o pagamento dos pernoites para o ressarcimento da hospedagem e alimentação do mecânico da CONTRATADA, será o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes ao decreto 6576 de 25 de setembro de 2008, Classe IV.
- 5.21. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos instrutores da CONTRATADA sempre que estiverem executando os serviços descritos no item 5.19 deste Termo de Referência fora da Sede (Brasília/DF).
- 5.22. Também estarão inclusos no ressarcimento as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários de instrutores da CONTRATADA que venham a realizar serviços na sede da CONTRATANTE em Brasília DF.
- 5.23. Caso haja necessidade de envio de instrutor da Contratada, em comum acordo, deverão ser priorizados aproveitamentos em voos das aeronaves da CONTRATANTE. Neste caso, deverá ser dada prioridade ao deslocamento de funcionários que já estejam disponíveis na CAOP/CGAP/DIREX/PF.
- 5.24. Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.
- 5.25. A Contratada deverá apresentar três orçamentos, emitidos por Empresas Aéreas, decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos instrutores, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.
- 5.26. O tempo estimado de deslocamento dos instrutores, no caso de transporte realizado por empresas aéreas comerciais, contando-o desde a solicitação formal (e-mail por exemplo), será de:
- 1. 48 horas no caso de decolagens nas localidades de capitais dos Estados.
  - 2. 48 horas no caso decolagens nas seguintes localidades: Gavião Peixoto/RJ, Sorocaba/SP, e outros aeroportos definidos no momento da reunião inicial de fiscalização.
  - 3. 72 horas no caso de decolagens nas demais localidades;
  - 4. 72 horas no caso de instrução em simulador localizado fora do Brasil;
  - 5. Nos casos não previstos nos itens acima, poderá ser estabelecido prazos diferenciados a critério do Fiscal do Contrato.
- 5.27. Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado;
- 5.28. As despesas de deslocamento (táxi, *transfer*, ônibus) serão pagos pela CONTRATANTE;
- 5.29. No caso de acionamento, as despesas referentes a passagem aérea ou terrestre serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo ser faturado neste item;
- 5.30. Despesas com taxi/aplicativo de transporte estão limitadas ao valor estabelecido para o servidor público civil da União, como Adicional de Embarque e Desembarque;
- 5.31. Serão ressarcidas somente as despesas devidamente comprovadas até o limite estabelecido no item anterior.
- 5.32. É obrigatório apresentar no relatório mensal de faturamento os valores referentes ao ressarcimento dos instrutores em viagem.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter um canal aberto de comunicação (e-mail, aplicativos de conversa, telefone, etc) com o preposto da empresa durante toda a execução do objeto do contrato.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**Fiscalização**

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

**Fiscalização Administrativa**

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).Ca
- 6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

- 6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em modelo próprio ao final deste TR.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.2. não produzir os resultados acordados,
- 7.1.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- 7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.9. Os serviços que assim o exigirem, serão recebidos definitivamente após a conclusão das ações de capacitação (com a devida emissão dos certificados de conclusão) e do referido exame de proficiência realizado por examinador credenciado ou INSPAC (com a emissão da FAP - ficha de avaliação, ou instrumento equivalente), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 7.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.9.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- 7.9.3. Para fins de recebimento definitivo do serviço pelo Fiscal, desde que autorizado pela chefia e pela contratada, serão aceitos certificados de conclusão de maior abrangência, desde que o objeto (curso/simulador) do contrato tenha sido executado integralmente para sua obtenção, sendo os custos financeiros da instrução excedente de responsabilidade do servidor interessado, limitando os custos da CONTRATANTE ao objeto e valores especificados no contrato.
- 7.10. Para os demais serviços, tais como aqueles que não são exigidos exames de proficiência, serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

- 7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

- 7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, respeitados os valores unitários máximos de referência.

**Regime de execução**

- 8.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Unitário, podendo haver contratação de forma parcelada enquanto a Ata de Registro de Preços resultante do certame estiver em vigência, e pagamento conforme a execução de cada serviço.

**Exigências de habilitação**

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- a) possuir acreditação junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC para ministrar a ação cuja adjudicação lhe tenha ocorrido;
  - b) ser qualificada como CTAC - **Centro de Treinamento de Aviação Civil** ou Escola de Aviação apta para o fornecimento do objeto licitado, quando exigidos por normativos da referida Agência Reguladora; ou;
  - c) Caso a empresa contratada seja a fabricante da aeronave, conforme Regras especiais do RBAC 90 (90.153 item 3), não haverá necessidade de ser qualificada como CTAC, porém deverá utilizar simuladores de voos homologados pela ANAC (<https://sistemas.anac.gov.br/dadosabertos/Organiza%C3%A7%C3%B5es%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o/Lista%20de%20Treinamento%20de%20Tipo/>).
  - d) Apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;
  - e) Consideradas as circunstâncias do objeto em si, fato notório inerente ao mercado de aviação civil, caso logre(m) êxito em fase de lances representante(s) comerciais de empresas estrangeiras que ofertam aqueles treinamentos não existentes em território nacional, deverá ser apresentada carta de representação comercial, carta de acreditação como representante daquela instituição, carta de autorização para lhe(s) representar, carta de parceria comercial, ou instrumento congênere.
- 8.4. Os cursos teóricos (inclusive os Treinamentos de solo - *GroundSchool*) e treinamento de voo devem possuir acreditação junto à ANAC, quando exigidos por normativos da referida Agência Reguladora.

**Habilitação Jurídica**

- 8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação econômico-financeira**

- 8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 2% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

- 8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente na Agência Nacional de Aviação Civil - ANC, em plena validade;
- 8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.34. Apresentar atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante realizado ou estar realizando o fornecimento de ao menos um dos serviços, nos últimos 2 (dois) anos, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste termo de referência.
- 8.35. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.37. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.39. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.40. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.41. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.42. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.43. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.44. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.45. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado total da Ata de Registro de Preços é de **R\$ 47.365.983,79** (quarenta e sete milhões, trezentos e sessenta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E LEGISLAÇÃO PERTINENTE

11.1. O presente artefato não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 23 da Lei nº 12.527 quanto ao grau e prazo de sigilo, sendo considerado, portanto, de acesso público, gozando de amplo acesso e divulgação, nos termos do artigo 6º do mesmo normativo.

11.2. Anexos:

- 11.2.1. **Anexo I:** Regulamentos da Aviação Civil Brasileira (RBAC 61, 90, 91, 141, 142; IS Nº 175-002 REVISÃO J) (35018938);
- 11.2.2. **Anexo II:** Especificações e condições de execução dos itens (Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI, Anexo VII, Anexo VIII, Anexo IX, Anexo X, Anexo XI, Anexo XII, Anexo XIII e Anexo XIV) (33417305);
- 11.2.3. **Anexo III:** Estudo Técnico Preliminar (35024867).

Brasília-DF, 03 de maio de 2024.

<b>GUILHERME LOPES MADDARENA</b>  Delegado de Polícia Federal  Coordenador de Aviação  INTEGRANTE REQUISITANTE	<b>CARLOS CAMPOS CAMARGO</b>  Agente de Polícia Federal  INTEGRANTE TÉCNICO	<b>IGOR AFONÇO E SILVA</b>  INTEGRANTE ADMINISTRATIVO SECOM/DICON/
--	---	---

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a eficiência e a efetividade do serviço a ser prestado
Meta a cumprir	Ministrar ações de capacitação, conforme regramentos descritos aos anexos correspondentes a cada item do Tópico I do presente instrumento
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (solicitação via e-mail ou telefone)
Forma de acompanhamento	Presencial, pelos servidores designados para o treinamento
Periodicidade	(cursos a serem realizados de forma unitária pelos servidores)
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente por unidade de atendimento
Início da Vigência	Data da publicação do contrato no D.O.U.
Faixa de ajuste no pagamento	Faixa 1: de 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura; Faixa 2: de 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; Faixa 3: de 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura; Faixa 4: de 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura; Faixa 5: 9 ou mais ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura.
Sanções	Poderão ensejar rescisão contratual, a exclusivo critério da CONTRATANTE, as seguintes situações, sem prejuízo dos ajustes de pagamentos ou sanções previstas: a) a existência de 9 (nove) ou mais ocorrências em um único mês; b) a existência de 5 a 6 ocorrências mensais por seis vezes.
Observações	

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO PARA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS
1	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não corrigi-los no prazo determinado pelo RESPONSÁVEL. (Por serviço inadequado).	
2	Não executar o serviço no prazo estabelecido ou em prazo razoável a depender da situação de exceção no momento.	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	
4	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências de responsável para execução do serviço, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência).	
5	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, para a realização do serviço ou não substituir quando necessário. (por serviço)	
6	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências do responsável pelo serviço por absenteísmo. (Por unidade do serviço)	
7	Deixar de encaminhar à CONTRATANTE, ao fim do mês de prestação dos serviços, a documentação necessária para o pagamento e comprovação do serviço prestado.	
8	Deixar de atender as notificações da contratante no prazo estabelecido, incluindo-se neste caso a disponibilidade do preposto. (Por serviço solicitado).	
9	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.	



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS CAMPOS CAMARGO**, **Agente de Polícia Federal**, em 06/05/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=35024887&crc=7DC324E8](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35024887&crc=7DC324E8).  
Código verificador: **35024887** e Código CRC: **7DC324E8**.